

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE
2018**

DENOMINAÇÃO: Associação Amigos Aposentados de Leça da Palmeira

MORADA: Rua Corpo Santo

N. 60 ANDAR LOCALIDADE Leça da Palmeira

FREGUESIA Leça da Palmeira

CONCELHO Matosinhos

COD. POSTAL 4450 - 644

EM _____ / _____ / _____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____ , _____ , _____

ASSINATURAS:

João Manuel José dos Santos
António José dos Santos
Maria Clara Oliveira Bastos
Mauel Manuel dos Santos
Maria Glória Vieira Simões Silva

ASSINATURA DO PRESIDENTE

António José dos Santos



**ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS
APOSENTADOS DE LEÇA DA PALMEIRA**

ASSOCIAÇÃO AMIGOS APOSENTADOS LEÇA PALMEIRA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 505083345

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	363,33	536,66
Investimentos financeiros	10.11	160,55	96,10
		523,88	632,76
Activo corrente			
Inventários	5	298,04	145,00
Diferimentos	10.1	23 230,31	44 922,47
Caixa e depósitos bancários	10.2	26 938,86	29 029,71
		50 467,21	74 097,18
Total do ativo		50 991,09	74 729,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.3	10 625,37	10 625,37
Resultados transitados	10.3	16 741,45	19 157,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.3	23 120,00	44 680,00
		50 486,82	74 462,37
Resultado líquido do período		-2 849,05	-2 415,55
Total dos fundos patrimoniais		47 637,77	72 046,82
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.4	1 594,17	1 030,84
Estado e outros entes públicos	10.10	213,95	191,05
Outros passivos correntes	10.5	1 545,20	1 461,23
		3 353,32	2 683,12
Total do passivo		3 353,32	2 683,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		50 991,09	74 729,94

A Direcção

O Contabilista Certificado

Yor Manuel Jesus Maravilha
Júlia Clara Oliveira Bastos

Quando Roque Amador
Cauê Ramos
Margarida V. S. Silva

ASSOCIAÇÃO AMIGOS APOSENTADOS LEÇA PALMEIRA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 505083345

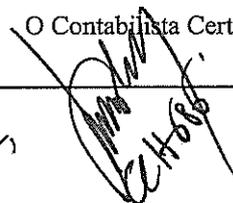
Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	6	2 956,00	2 415,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10.6	12 715,42	12 818,68
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-3 423,05	-2 824,62
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-34 247,21	-33 526,10
Gastos com o pessoal	8	-10 814,59	-11 123,45
Outros rendimentos	10.8	30 417,08	30 285,23
Outros gastos	10.9	-279,37	-120,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 675,72	-2 075,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-173,33	-338,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 849,05	-2 414,01
Juros e gastos similares suportados	10.12	0,00	-1,54
Resultados antes de impostos		-2 849,05	-2 415,55
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-2 849,05	-2 415,55

A Direção

O Contabilista Certificado

José Manuel Jesus Maranhães
 Maria Clara Oliveira Bastos



Armando Roque Ferraz Aguiar
 Paulo Francisco
 Maria Joviana S. Silva

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro de Convívio	PERÍODOS	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	2 956,00	2 956,00	2 415,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	5 e 8	-14 237,64	-14 237,64	-13 948,07
Resultado Bruto		-11 281,64	-11 281,64	-11 533,07
ISS, IP - Centro Distrital	10.6	12 715,42	12 715,42	12 818,68
Outros Rendimentos	10.6, 10.8 e 10.12	30 417,08	30 417,08	30 285,23
Gastos administrativos	4 e 10.7	-34 420,54	-34 420,54	-33 864,13
Outros Gastos	10.9	-279,37	-279,37	-120,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 849,05	-2 849,05	-2 414,01
Gastos de financiamento (líquidos)	10.12	0,00	0,00	-1,54
Resultado antes de impostos		-2 849,05	-2 849,05	-2 415,55
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-2 849,05	-2 849,05	-2 415,55

A Direção

O Contabilista Certificado

Jose Manuel Jesus Maranhães

Fúria Clara Oliveira Bastos

Luís António Silva

Paula Gomes Afonso
Maria Glória V. S. Silva

ASSOCIAÇÃO AMIGOS APOSENTADOS LEÇA PALMEIRA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2 956,00	2 415,00
Pagamentos a fornecedores		-16 043,77	-10 999,23
Pagamentos ao pessoal		-7 687,32	-7 879,27
Caixa gerada pelas operações		-20 775,09	-16 463,50
Outros recebimentos/pagamentos		18 748,47	16 684,84
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2 026,62	221,34
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-521,02
Investimentos financeiros		-64,23	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	19,82
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-64,23	-501,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	-1,54
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-1,54
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2 090,85	-281,40
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 029,71	29 311,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26 938,86	29 029,71

A Direção

O Contabilista Certificado

Yoc Manuel Yerus Maravalles

Ária Lara Oliveira Bastos

Samuel Lopes

Paulo V. S. Silva
Maria Joia V. S. Silva

**ASSOCIAÇÃO AMIGOS
APOSENTADOS DE LEÇA DA
PALMEIRA**

Anexo às demonstrações financeiras de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Inventários	10
6	Rédito	10
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
8	Benefícios dos empregados	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
10	Outras Informações	12
10.1	Diferimentos	12
10.2	Caixa e Depósitos Bancários	12
10.3	Fundos Patrimoniais	12
10.4	Fornecedores	12
10.5	Outros passivos correntes	13
10.6	Subsídios, doações e legados à exploração	13
10.7	Fornecimentos e serviços externos	13
10.8	Outros rendimentos.....	13
10.9	Outros gastos	14
10.10	Estado e Outros Entes Públicos	14
10.11	Investimentos Financeiros	14
10.12	Resultados Financeiros	14
10.13	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
10.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A ASSOCIAÇÃO AMIGOS APOSENTADOS DE LEÇA DA PALMEIRA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 162, Série III, com sede em Rua do Corpo Santo, 60, Leça da Palmeira, Concelho de Matosinhos. Tem como objetivo principal o apoio à terceira idade e a título secundário desenvolver atividades de âmbito cultural, de lazer e desportivas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento Informático	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo

montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO (first in, first out) como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Outras contas a receber

As “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Imposto Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Equipamento Básico	29 556,87	0,00	0,00	0,00	29 556,87
Equipamento Administrativo	2 904,00	0,00	0,00	0,00	2 904,00
Equipamento Informático	1 198,00	0,00	0,00	0,00	1 198,00
Ativo Tangível Bruto	33 658,87	0,00	0,00	0,00	33 658,87
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	29 020,21	173,33	0,00	0,00	29 193,54
Equipamento Administrativo	2 904,00	0,00	0,00	0,00	2 904,00
Equipamento Informático	1 198,00	0,00	0,00	0,00	1 198,00
Depreciações Acumuladas	33 122,21	173,33	0,00	0,00	33 295,54
Ativo Tangível Líquido	536,66	-173,33	0,00	0,00	363,33

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

RÚBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Mercadorias	298,04	145,00
Total	298,04	145,00

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se conforme segue:

MOVIMENTOS	2018	2017
	Mercadorias	Mercadorias
Saldo Inicial	145,00	106,93
Compras	3 576,09	2 862,69
Saldo Final	298,04	145,00
Gastos do Período	3 423,05	2 824,62

6 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de Serviços	2 956,00	2 415,00
Quotas e Jóias	2 956,00	2 415,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	19,82
De depósitos	0,00	19,82
Total	2 956,00	2 434,82

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2018			2017			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável	0,00	0,00	12 715,42	0,00	0,00	12 818,68
Camara Municipal de Matosinhos	Não Reembolsável	12 120,00	0,00	16 060,00	28 180,00	0,00	16 060,00
Total		12 120,00	0,00	28 775,42	28 180,00	0,00	28 878,68

8 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem os órgãos sociais são 11, sendo a Direção constituída por 5 elementos, o Conselho Fiscal por 3 elementos e a Assembleia – Geral também por 3. Este número manteve-se inalterado em 2017 e 2018. No entanto, em 2018, tomaram posse novos elementos.

O número de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2018 bem como do exercício de 2017 foi de 1.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Remunerações ao pessoal	8 709,14	8 878,64
Encargos sobre as Remunerações	1 803,11	1 845,91
Seguros de acidentes de trabalho	302,34	398,90
Total	10 814,59	11 123,45

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	110,31	235,81
Obras Edifícios	23 120,00	44 686,66
Total	23 230,31	44 922,47

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	359,91	1 805,67
Depósitos à ordem	578,95	1 224,04
Outros depósitos bancários	26 000,00	26 000,00
Total	26 938,86	29 029,71

10.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	10 625,37	0,00	0,00	10 625,37
Resultados Transitados	19 157,00	0,00	-2 415,55	16 741,45
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	44 680,00	0,00	-21 560,00	23 120,00
Total	74 462,37	0,00	-23 975,55	50 486,82

10.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	1 594,17	1 030,84
Total	1 594,17	1 030,84

10.5 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Credores por Acréscimo de Gastos		
Remunerações a liquidar	1 418,68	1 418,68
Outras despesas diferidas	126,52	42,55
Total	1 545,20	1 461,23

10.6 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes	12 715,42	12 818,68
Total	12 715,42	12 818,68

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.7 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	25 862,43	25 128,46
Materiais	1 144,89	869,00
Energia e fluidos	2 179,18	2 088,75
Deslocações, estadas e transportes	0,00	372,96
Serviços diversos	5 060,71	4 330,15
Encargos com os Utentes	0,00	736,78
Total	34 247,21	33 526,10

10.8 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares	8 854,95	8 705,00
Descontos pronto pagamento obtidos	2,13	0,00
Outros Rendimentos	21 560,00	21 560,41
Juros de depósitos	0,00	19,82
Total	30 417,08	30 285,23

10.9 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Gastos		
Impostos	47,44	0,72
Quotizações	90,00	120,00
Outros Gastos	141,93	0,00
Total	279,37	120,72

10.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Passivo		
Retenção Imposto sobre rendimentos	15,00	0,00
Segurança Social	193,14	185,48
Outras tributações (fundos de compensação)	5,81	5,57
Total	213,95	191,05

10.11 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outros investimentos Financeiros		
FCT	160,55	96,10
Total	160,55	96,10

10.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	1,54
Total	0,00	1,54
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	19,82
Total	0,00	19,82
Resultados Financeiros	0,00	18,28

10.13 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

As instalações são propriedade da Camara Municipal de Matosinhos não tendo a instituição qualquer encargo com a cedência do edifício.

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

- Centro de Convívio: 20

10.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas

Leça Palmeira, 31 de Dezembro de 2018



ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS
APOSENTADOS DE LEÇA DA PALMEIRA

Contribuinte N.º 505 083 345
Sede: R. Corpo Santo, 60

450-644 Leça da Palmeira - Tel./Fax. 22 996 72 79

O Contabilista Certificado

A Direção

Gene Manuel Jesus Masarrelas
Maria Clara Oliveira Bastos

Amadeu Lopes Sousa Bues

Carla Sousa

Maria da Glória V.S. Silva